

PATRIOTAS OU INFAMES REBELDES NORTISTAS? AS DISPUTAS DE
MEMÓRIA NAS REPRESENTAÇÕES DO MOVIMENTO DA
SETEMBRADA E DE SEUS PARTICIPANTES NA IMPRENSA
MARANHENSE (1831-1832)

Elizabeth Sousa Abrantes

Professora Adjunta História e Geografia Universidade Estadual do Maranhão

E-mail: bethabrantes@yahoo.com.br

Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões

Atlânticas:culturas e poderes (PPGHIS-UFMA)

E-mail: yuri_alhadeff@hotmail.com

Resumo

Os conflitos surgidos na conjuntura formada após a abdicação do imperador, em 1831, no período inicial da chamada Era Regencial, possuíram algumas características semelhantes, especialmente pela sua composição de “tropa e povo”. Apesar de não serem muito lembrados, ou em sua maioria reduzidos a simples motins de soldados ou protestos populares, esses movimentos são significativos do estado de instabilidade política e do desejo de participação política das camadas subalternas. No Maranhão, o movimento político denominado Setembrada expressa bem as contradições desse momento, congregando interesses diferentes, (re)ordenando posições políticas, demonstrando as insatisfações tanto das camadas populares como de frações da elite local. Este estudo analisa as disputas de memórias sobre a Setembrada e os seus participantes, especialmente as lideranças constituídas pelos jovens liberais da capital, por meio das representações da imprensa maranhense do período.

Palavras-chave: Setembrada. Memórias. Imprensa Maranhense.

PATRIOTS OR NORTHERN REBEL INFAMES? the memory disputes in the representations of the Setembrada movement and its participants in the Maranhão press (1831-1832)

Elizabeth Sousa Abrantes

Professora Adjunta História e Geografia Universidade Estadual do Maranhão

E-mail: bethabrantes@yahoo.com.br

Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões

Atlânticas:culturas e poderes (PPGHIS-UFMA)

E-mail: yuri_alhadeff@hotmail.com

Abstract

The conflicts that arose in the conjuncture formed after the abdication of the emperor in 1831, had some similar characteristics, especially due to their composition of "troops and people". Although they are not widely remembered, or mostly reduced to simple riots by soldiers or popular protests, these movements are significant in terms of the state of political instability and the desire for political participation by the subordinate strata. In Maranhão, the political movement called Setembrada expresses well the contradictions of that moment, bringing together different interests, (re) ordering political positions, demonstrating dissatisfactions, whether from the popular strata or from elite fractions. This study analyzes the disputes over memories about Setembrada and its participants, especially the leaders constituted by young liberals from the capital, through the representations of the Maranhão press of the period.

Keywords: Setembrada. Memory. Maranhão Press.

Introdução

O período Regencial (1831-1840) é um dos momentos históricos menos analisados na historiografia brasileira, especialmente o ano de 1831, com os inúmeros conflitos urbanos que eclodiram em diferentes partes do território brasileiro. A complexidade desse período regencial, geralmente, é apontada por seu caráter de transição e também por ser visto como uma breve “experiência republicana”¹. Esse momento foi tradicionalmente tachado de caótico, desordenado, anárquico, entre outros adjetivos com o propósito de destacar a sua característica de instabilidade. “Fase mais conturbada da história do Brasil, o período regencial é tradicionalmente visto sob perspectiva negativa, que o caracteriza como época anárquica e anômala, como empecilho à formação e à preservação da nação brasileira” (BASILE, 2009, p. 55).

Podemos encontrar esse discurso tanto em dirigentes políticos da época, como nos registros históricos de cronistas, memorialistas e historiadores do Império, com continuidade nas narrativas historiográficas do século XX.

A historiografia atual tem criticado esse enfoque tradicional, que vê nos conflitos e rebeliões do período regencial apenas aspectos de desordem social, apontando para esse momento como crucial no processo de construção da ordem imperial (no contexto de formação do Estado Nacional), em que tais conflitos representam a disputa de diferentes projetos políticos, inclusive dos anseios das camadas populares, que se manifestaram por meio das ruas e das armas para fazer eco às suas demandas políticas e sociais. A ênfase também vem sendo dada para o importante momento de “efervescente mobilização política” que marcou os anos finais do Primeiro Reinado e o início da Era Regencial (BASILE, 2011, p. 89).

Os conflitos surgidos na conjuntura formada após a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831, possuíam algumas características semelhantes, como a breve duração (são movimentos de poucos dias), a composição social heterogênea (participam populares, soldados, membros da elite), o apoio de liberais exaltados, o discurso antilusitano com exigências de que os portugueses saíssem do Brasil. Apesar de não serem muito lembrados ou em sua maioria reduzidos a simples motins de soldados ou protestos populares, esses movimentos são

¹ Cf. Capítulo A “*Experiência Republicana*”, 1831-1840, de Paulo Pereira de Castro, na obra *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Sérgio Buarque de Holanda. Brasil Monárquico: dispersão e unidade. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 9-67.

significativos do estado de instabilidade política e do desejo de participação política das camadas subalternas, ou simplesmente do desejo de mudanças que lhes trouxessem melhores condições de vida.

Muito mais do que produto de um simples arranjo das elites, a sintomaticamente chamada Revolução do 7 de abril foi resultado não só das tramas urdidas na imprensa, no Parlamento, nas sociedades secretas e nos quartéis, mas também da *forte pressão popular*; [...] Evento emblemático, o 7 de abril consagrou o espaço público como arena de luta dos mais diversos grupos políticos e camadas sociais, marcando a emergência de novas formas de ação política, em momento no qual, transbordando a tradicional esfera dos círculos palacianos e das instituições representativas, tornava-se pública, e se assistia a uma rápida *politização das ruas* (BASILE, 2009, p. 59; 60 grifos nossos).

No Maranhão, essa mobilização reunindo tropa e povo nas ruas de São Luís, no dia 13 de setembro de 1831, ficou conhecida como Setembrada. Esse levante expressa bem as contradições do momento político, congregando interesses diferentes, (re)ordenando posições políticas, demonstrando as insatisfações, seja do povo² ou de frações da elite, enfim, é um movimento que expressa uma luta política inspirada no ideário liberal e a ligação entre segmentos da elite liberal (os liberais exaltados) e as camadas populares.

Poucos são os estudos sobre a Setembrada, havendo apenas um trabalho acadêmico que aborda especificamente a temática³. Os demais estudos são um romance histórico⁴ e capítulos inseridos em algumas poucas obras que tratam da história política do Maranhão no século XIX ou da atuação do jornalista José Cândido de Moraes e Silva, redator do jornal *O Farol Maranhense*, que foi o principal líder do levante na capital. Em alguns desses estudos, a Setembrada é apontada como a “sementeira para a Balaiada”, especialmente no seu desdobramento para o interior, sob a liderança popular de Antônio João Damasceno (SERRA, 1946, p.257; MEIRELES, 2001, p. 229).

O nome Setembrada segue a tradição portuguesa de batizar os movimentos políticos com o nome do mês em que ocorreram, o que resulta no esvaziamento do seu sentido político. De forma bem sucinta, este movimento representou uma reação à presença lusa na política

² O povo é aqui entendido como aquele que não preenchia os requisitos da cidadania ativa, conforme a Constituição Imperial de 1824, e que não era assistido pelo Estado em seus direitos civis e políticos.

³ Cf. MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio, intitulada *A Setembrada: lutas políticas e participação popular no Maranhão Oitocentista (1831-1832)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

⁴ O romance histórico *A Setembrada: a Revolução Liberal de 1831 em Maranhão*, do escritor Dunshee de Abranches⁴, publicado em 1933, aborda o movimento no contexto mais amplo da construção da ordem imperial, a partir das lutas do pós-independência. Com esse título do romance, a maioria dos pesquisadores atribuiu a Abranches a denominação de Setembrada ao movimento.

maranhense, vista como uma ameaça à consolidação da nova ordem política pós-colonial. O estopim foi a Agostada, na província do Pará, um levante de portugueses ocorrido no dia 7 de agosto de 1831, considerado perturbador para a manutenção da integridade do Império, haja vista a influência desses brasileiros adotivos à frente de cargos públicos. O caráter antilusitano da Setembrada pode ser observado no teor das exigências feitas pelos rebelados, contida na Representação que o “Povo e a Tropa” entregaram ao governo, redigida por José Candido de Moraes e Silva, um jovem liberal exaltado e jornalista. O documento expressa o desejo de afastamento dos portugueses “adotivos” da administração e segurança públicas, reivindicando a expulsão dos mesmos dos postos militares tanto de 1ª como de 2ª linha; a suspensão de magistrados portugueses do exercício de suas funções; e expulsos dos empregos Cíveis, de Fazenda e Justiça (O Farol Maranhense, n. 334, 15 de setembro de 1831).

Ao longo da década de 1830, a Setembrada esteve presente nos debates da imprensa, especialmente a lembrança do líder popular Antônio João Damasceno, sendo constituída desde então uma memória do movimento e seus líderes que transitava da admiração como patriotas à condenação como infames revoltosos. A historiografia sobre o tema reflete bem essa disputa de memórias, com diferentes olhares sobre o levante do dia 13 de setembro e seus participantes. O presente estudo visa analisar as representações da Setembrada e seus participantes na imprensa maranhense do período, apontando para as disputas de memória em torno do movimento e de seus líderes.

A Setembrada na Historiografia Maranhense

A historiografia sobre a Setembrada começa a ser escrita cerca de 40 anos depois dos eventos ocorridos, sendo o levante visto como parte dos acontecimentos políticos e dos movimentos de revoltas que marcaram as primeiras décadas após a Independência. Essa historiografia, que denominaremos de tradicional, considera a Setembrada um movimento subversivo, de perturbação da ordem pública, especialmente em razão da participação popular e dos soldados (militares de baixa patente). Por essa razão, as obras que trataram do tema, nessa perspectiva, classificam o movimento como um motim, insurreição, sublevação, dando um sentido de baderna, desorganização, sem um propósito político.

A obra *O Pantheon Maranhense*⁵ (1873), do escritor maranhense Antônio Henriques Leal⁶, foi a primeira a fazer referência ao movimento da Setembrada, que denomina de “levante de 13 de setembro de 1831”. Essa obra é uma coletânea de ensaios biográficos sobre os “maranhenses ilustres já falecidos”, membros da elite intelectual do século XIX, com objetivo de diferenciar a intelectualidade maranhense no contexto de formação da identidade nacional, sendo esta obra um monumento para lembrar os talentos e habilidades dos homens de letras que constituiriam a chamada Atenas Brasileira⁷.

Henriques Leal não viveu esses acontecimentos, mas cresceu em uma atmosfera política ainda profundamente marcada pelas recentes memórias e pelas consequências das revoltas sociais do período regencial, sendo a maior delas a Balaiada (1838-1841). A abordagem da Setembrada é feita nos capítulos que tratam de João Francisco Lisboa e de José Cândido de Moraes e Silva, personagens históricos que participaram do movimento. O escritor tenta amenizar a participação de Lisboa como um dos rebelados no “levante de 13 de setembro”, explicando que essa participação foi um episódio esporádico, fruto dos impulsos da juventude, sem que comprometesse a sua biografia de homem público. Nos anos que se seguiram ao movimento, Lisboa concretizou uma carreira profissional e política na ala dos liberais moderados, alcançando altas posições na província e fora dela.

Assim, diante de um tema tão caro à memória dos seus biografados, e que ainda dividia a opinião pública, procurou um posicionamento que criticava as ações do movimento, especialmente pelo uso das armas para fazer suas exigências, mas reconhecia suas justas motivações. Os acontecimentos do dia 13 de setembro são tratados como motim, com a ressalva de que dele participaram alguns “espíritos bem intencionados”, razão pela qual deveria ser desculpado.

Se, no entanto, houve jamais revolta que a História deva desculpar, esta é uma delas, porque sobre não ter custado uma só gota de sangue, geraram-na mais os temores da liberdade e da nacionalidade ameaçadas, e as rivalidades provocadas por imprudências daqueles que, olhados como contrários à Independência, vinham confirmar as apreensões populares com a parte ostensiva que tomava na república e com manifestações não poucas vezes armadas contra a ordem de cousas estabelecida (LEAL, 1987b, p. 300).

⁵ Para o historiador Henrique Borralho (2009, p. 07), o *Pantheon* é mais que uma obra de biografias “é também uma história do Maranhão sobre os liberais escrita por um liberal, nem tão atuante assim do ponto de vista do combate nas tribunas, mas importante na construção de símbolos da civilidade e da memória”.

⁶ Antônio Henriques Leal (1828-1885), foi médico, jornalista, escritor e redator em diversos jornais.

⁷ Sobre Atenas Brasileira, ver: BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de Nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão**. São Luís: Café & Lápis, 2011.

Ao longo do século XX, o movimento foi sendo tratado de maneira superficial em alguns capítulos de obras gerais sobre o Maranhão ou sobre o jornalista José Cândido de Moraes e Silva, líder da Setembrada⁸. É o caso do historiador Barbosa de Godóis⁹, em sua obra *História do Maranhão* (1904), que dedica algumas páginas de seu trabalho para a descrição do levante. Esse autor também não utiliza a expressão Setembrada, referindo-se ao levante como “As revoluções de 13 de setembro de 1831, 19 de novembro e de Antônio João Damasceno”. Nesse capítulo, apresenta uma perspectiva inovadora ao estabelecer as ligações dos episódios ocorridos em setembro, novembro e sua extensão para o interior sob o comando de uma liderança popular como sendo parte de um mesmo processo.

Barbosa de Godóis trata os envolvidos no levante da Setembrada como “revolucionários”, termo utilizado, muitas vezes, para se referir às agitações perigosas que ameaçavam a ordem social estabelecida e desafiavam os poderes constituídos, ou seja, a revolução no sentido de ameaça à ordem pública. Para o autor, o levante ocorrido em 13 de setembro, tendo à frente jovens liberais pertencentes à elite local e a tropa de linha do quartel do Campo de Ourique, pegou o presidente da província de surpresa. Mas, quando eclode novo levante na capital, em 19 de novembro, o governo já estava mais preparado e consegue debelar essa nova tentativa. “Sós, como o presidente estivera em 13 de setembro, os revolucionários nada podiam fazer, e o resultado desse irrefletido cometimento foi a fuga de uns, a prisão de outros e fortalecer-se o prestígio da autoridade” (GODÓIS, 2008, p. 325-326). O autor apresenta a vitória da legalidade, com a defesa da manutenção da ordem representada pelo governo provincial.

No contexto do centenário do movimento da Setembrada, o romance histórico homônimo, de Dunshee de Abranches (1933)¹⁰, tratou de reabilitar o levante de 13 de setembro¹¹. Considera-o como “a primeira explosão desse liberalismo idealista, que, das almas ardorosas de *jovens*

⁸ A abordagem sobre a Setembrada também aparece em obras sobre a imprensa maranhense, a exemplo do trabalho de Antonio Lopes da Cunha⁸, *História da Imprensa no Maranhão (1821-1925)*, lançado em 1959. Na segunda parte do livro, intitulada “Os Grandes Jornalistas”, enaltece a figura de José Cândido de Moraes e Silva, conhecido como “O Farol”, como um mártir, que por meio de seu jornal representava os ideais do povo e lutava contra os opressores. Chama a Setembrada de insurreição popular, e que José Cândido, como chefe dos patriotas, resolve agir com seus companheiros de partido para evitar que golpe semelhante ao que ocorrera no Pará aconteça no Maranhão.

⁹ Barbosa de Godóis (1860-1923), teve uma destacada carreira pública e intelectual, exercendo várias funções ligadas ao ensino público no Maranhão.

¹⁰ O romance deveria ter sido publicado em 1831, por ocasião do centenário do levante.

¹¹ O autor inicia o romance histórico intitulado *A Setembrada* narrando os episódios de um dia antes do 7 de setembro de 1822 até o movimento de 1831.

patriotas, filhos do país, se propagou, depois do 7 de abril, pelas selvas brasileiras em um entusiástico surto nativista” (ABRANCHES, 1970, p. 06, grifos nossos).

A obra é dedicada a recuperar a imagem pública de um dos líderes do movimento, seu tio Frederico Magno de Abranches¹², o qual é retratado no romance como um patriota e um dos principais protagonistas do movimento. Na descrição dos acontecimentos do dia 13 de setembro, destaca a ação de Frederico Magno como articulador da aliança dos chefes liberais com as camadas populares, ao dizer que “Concitava assim os chefes liberais presentes a irem para as ruas chamar o povo maranhense às armas e, com ele, marchar para os quartéis, a fim de confraternizarem com as tropas e todos juntos salvarem o Maranhão das garras dos seus “infames e raciais inimigos” (ABRANCHES, 1970, p. 145).

Quanto ao desfecho do movimento da Setembrada, diz que “acabou por ser esmagado pelo reacionarismo implante, levando as populações do Norte ao desespero e *incutindo no coração dos sertanejos essas ânsias indomáveis de revolta* e de libertação jamais arrefecidas por um século de sofrimentos, de abandono e de opressões” (ABRANCHES, 1970, p. 06, grifos nossos). Seria a sementeira da Balaiada?

A Setembrada seguiu sendo revisitada pelos historiadores em suas obras sobre o contexto político do pós-independência, a exemplo da obra *História do Maranhão*, de Mário Martins Meireles¹³, publicada em 1960. Denomina o levante como a “Revolução de 1831”, dividindo-o em duas fases, uma corresponde ao mês de setembro e a segunda em novembro. O autor apresenta os mesmos argumentos já consagrados na historiografia sobre as motivações do levante e sua dinâmica reunindo tropa e povo. Ao se referir à repressão que se seguiu após a segunda tentativa de levante, com a fuga de alguns dos líderes liberais para o interior, afirma que foram se reunir sob a chefia de Antônio João Damasceno, o qual fez exigências ao governo para expulsão dos portugueses, bem como a suspensão da devassa contra os revolucionários.

Esse episódio da revolta no interior do Maranhão é apresentado pelo autor como desdobramento do levante ocorrido em novembro, sendo essa mobilização dos sertanejos interpretada como uma espécie de prévia da Balaiada. “Estava encerrada a revolta de novembro de 1831, segunda

¹² Filho do português Garcia de Abranches, o qual era conhecido como *O Censor*, devido ao jornal homônimo que era editor.

¹³ Mário Meireles (1915-2003) foi professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), membro do Instituto Histórico Geográfico do Maranhão (IHGM) e da Academia Maranhense de Letras (AML), com uma vasta produção sobre a História do Brasil e do Maranhão.

fase do movimento da Setembrada, nesse mesmo ano. Mas, ficava no interior da província preparada a Sementeira para a Balaiada” (MEIRELES, 2001, p. 229).

Ainda nesse ano de 1960 outra obra fez menção à Setembrada, seguindo a mesma orientação da historiografia tradicional que condena a revolta, mas elogia seu líder José Cândido de Moraes e Silva, apontado como aquele que era a “alma de todo o movimento e entusiasmo mais sincero da causa nacionalista” (REIS, 1995, p. 156). É o capítulo intitulado “O Grão-Pará e o Maranhão”, do pesquisador amazonense Arthur César Ferreira Reis,¹⁴ na obra *O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade*, da coleção História Geral da Civilização Brasileira (HGCB). O autor se refere à Setembrada sempre entre aspas, e mesmo não demonstrando simpatia pelo movimento, trata a imagem do jornalista José Cândido como mártir, um “grande homem” em seus feitos, um herói nacional.

Arthur Reis também menciona os acontecimentos de novembro de 1831¹⁵, quando um novo levante foi frustrado pela ação rápida do governo, e a luta seguiu para o sertão, tendo à “testa dos revolucionários” o cearense Antônio João Damasceno, “ameaçando várias cidades, vilas e povoados, sempre a receber adesões”. Explica que a “desordem” chegou ao conhecimento da Corte, no Rio de Janeiro, e que os rebeldes foram vencidos pela ação enérgica do presidente da província. Por fim, estabelecendo uma ligação desses episódios com o contexto da abdicação do Imperador d. Pedro I, diz que no final das contas “os partidários do Sete de Abril é que estavam sendo violentados” (REIS, 1995, p. 157).

No início da década de 1980, a obra *História do Maranhão - a Monarquia* (1981), do pesquisador maranhense Carlos Lima¹⁶, no capítulo intitulado “Cândido José de Araújo Viana (1829-1832)”, sobre a administração do presidente da província na época de eclosão da Setembrada, trata do movimento sem acrescentar muitas novidades ao que já fora posto pela historiografia. No entanto, ao se referir ao segundo levante, de 19 de novembro de 1831, igualmente no Campo de Ourique, com a presença popular e dos líderes do movimento José Cândido e Frederico Abranches, afirma que “foram atraídos por falsos amigos que informavam ao governador todos os passos dos *patriotas*” (LIMA, 2008, 141-142, grifo nosso).

¹⁴ Arthur César Reis (1906-1993), formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, trabalhou na imprensa, foi historiador e político, tendo governado o Estado do Amazonas de 1964 a 1967.

¹⁵ No entanto, há um erro de digitação na data, pois em vez de 19 de junho, como aparece no texto, a data correta da eclosão do segundo levante é 19 de novembro.

¹⁶Foi historiador, folclorista, escritor, poeta. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Academia Maranhense de Letras e da Comissão Maranhense de Folclore.

Faz uma crítica ao comportamento de Frederico Magno de Abranches na revolta, “cujo temperamento exaltado quebrara as resistências de José Cândido, levando-o à desastrosa aventura do segundo motim”. Os dois líderes são apresentados com características opostas, sendo um retratado como mais moderado e conciliador, enquanto o outro como explosivo e precipitado. Diz que enquanto José Cândido teve um fim trágico, com morte prematura, Frederico Magno se beneficiou da ascensão dos liberais, “tendo seus amigos galgado o poder em 1834, foi nomeado secretário da Presidência e, a seguir, eleito deputado geral” (LIMA, 2008, p. 142).

É interessante destacar essa disputa de memória pela liderança e pelo sentido do movimento, com a tendência de recriminar o radicalismo do levante, representado pelo envolvimento das camadas populares cujas reivindicações foram feitas sob a pressão das armas, ao mesmo tempo em que enaltece os seus líderes liberais.

Nas primeiras abordagens acadêmicas, elaboradas por historiadores profissionais, o movimento da Setembrada é tratado por meio do estudo de seu líder José Cândido de Moraes e Silva, como é o caso dos trabalhos de Madureira (2008) e Abrantes (2015).

O estudo monográfico de Madureira (2008), intitulado *José Cândido de Moraes e Silva: início e fim de uma saga antilusitana*¹⁷, visa estudar a atuação desse jornalista na vida política maranhense por meio do seu jornal *O Farol Maranhense*, e por essa razão aborda os eventos da Setembrada, acontecimento associado diretamente à biografia desse jornalista maranhense do século XIX. Segundo o autor, a imprensa maranhense via na pessoa de José Cândido um de seus representantes, que era alguém que se entregaria até a morte em prol da causa nacional. Referindo-se à maneira como a historiografia tradicional tratou a imagem de José Cândido, explica que este era saudado não por ter liderado um levante popular em 1831, a Setembrada, mas pelo fato de sua figura ser atrelada a de mártir da imprensa, com sua morte prematura contribuindo para consolidar tal imagem.

Ao analisar o papel de José Cândido nos acontecimentos da Setembrada, Madureira destaca o sentimento antilusitano e sua defesa intransigente da Constituição. Narra os momentos que antecederam a eclosão do levante, dizendo que à medida que se avançava para o dia 13 de setembro de 1831 o “Farol” parecia inquieto, pronto a “incendiar” a província caso o governo

¹⁷ Graduado em História Licenciatura, pela Universidade Estadual do Maranhão.

não obedecesse à lei. Pois, pegar em armas era visto como um dever, uma vez que a responsabilidade de defender a pátria não era apenas para os militares, mas para todos os brasileiros, os quais eram constitucionais, contrários a um regime centrado na vontade total do soberano, cujas práticas eram prender e manter o povo sob jugo (MADUREIRA, 2008, p. 71).

Já a historiadora Elizabeth Abrantes¹⁸ abordou a Setembrada no capítulo *O “Farol” Maranhense: atuação política do jornalista José Cândido de Moraes e Silva nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831)*, publicado na segunda edição da coletânea “O Maranhão Oitocentista” (2015). O objetivo do estudo foi apresentar um panorama do clima político da província no pós-independência e das ideias que caracterizaram a cultura política do período, a partir dos embates na imprensa, com destaque para a atuação do jornalista José Cândido, o principal líder da Setembrada.

A autora destaca a rápida adesão das camadas populares no movimento liderado por jovens das camadas médias urbanas, seja na aliança entre tropa e povo no quartel do campo de Ourique, ocorrida nos episódios de setembro e novembro de 1831, seja na continuidade do movimento no sertão maranhense sob a liderança de Antônio João Damasceno. Também aponta para a necessidade de uma melhor avaliação do significado da Setembrada, bem como dos demais levantes de 1831 ocorridos em todo o país, pois diferente do que sugere o nome, como referência ao mês de sua eclosão, o levante expressa as tensões políticas do período de construção do Estado Nacional e da ordem imperial, marcado “por conflitos intraelites, divergentes interpretações do liberalismo, alijamento político dos liberais exaltados, rivalidades entre nacionais e portugueses, ressentimentos raciais e de classe, tudo isso num cenário de instabilidade política e fragilidade das nascentes instituições nacionais” (ABRANTES, 2015, p. 70).

Por fim, o primeiro trabalho acadêmico dedicado especificamente ao levante foi a monografia *A Setembrada: lutas políticas e participação popular no Maranhão Oitocentista (1831-1832)*,

¹⁸Doutora em História Social, pela Universidade Federal Fluminense (2010) e professora adjunta do Departamento de História e Geografia, da Universidade Estadual do Maranhão. Esse trabalho é fruto do projeto “Cabras, Patrioteiros, Balaços e Bem-te-vis”: disputas políticas e participação popular no Maranhão (1823-1841), no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIBID), da UEMA, com os bolsistas Sandro Ribeiro Araújo da Silva (2007) e Yuri Alhadeff Sampaio Mateus (2015). A pesquisa resultou em dois trabalhos monográficos, respectivamente: *Disputas privadas pela posse da ordem pública no pós-Independência: a “Guerra dos Três Bês” no Maranhão (1824)* e *A Setembrada: lutas políticas e participação popular no Maranhão Oitocentista (1831-1832)*.

do historiador Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus¹⁹ (2015). A pesquisa teve como objetivo analisar a participação popular nas lutas sociais e políticas do período inicial da Regência, com o estudo de caso da Setembrada, movimento antilusitano ocorrido em 1831 na cidade de São Luís e em algumas partes do interior da província, que contou com a participação dos liberais exaltados, povo e tropa.

Neste estudo, o autor discute as motivações e características do movimento, com destaque para a participação popular que foi omitida pela historiografia tradicional, ou, quando mencionada, os rebeldes populares são apresentados como desordeiros, vadios, bandidos, que lutam sem uma causa política. Faz uma revisão bibliográfica sobre o tema e uma análise do movimento baseado em *corpus* documental constituído de documentos oficiais do governo, imprensa, legislação, com destaque para as Atas do Conselho Presidencial, onde consta o debate sobre o levante de 13 de setembro, de 19 de novembro e da ação do líder rebelde Antônio João Damasceno, responsável por propagar o levante contra os portugueses para o interior.

Embora haja diferenças de fundo entre os motivos dos diferentes segmentos sociais que participaram do movimento, o antilusitanismo é apontado como um elemento comum, unindo líderes os liberais e os populares. Seu estudo pretendeu mostrar que as camadas populares agiram não somente como massa de manobra, mas com reivindicações e leituras próprias do liberalismo e demais substratos da cultura política da época.

Patriotas ou Infames Rebeldes? - as disputas de memória sobre a Setembrada e seus líderes na imprensa maranhense

A Setembrada agitou não somente as ruas de São Luís, mas também a tribuna da imprensa maranhense, com a disputa pela construção de sua memória pelos contemporâneos. Para os liberais moderados, que se constituíram como grupo vitorioso nos anos pós movimento de 1831, assumindo o governo da Província, a memória da Setembrada deveria figurar como uma luta pelos ideais constitucionais e patrióticos, tendo como modelo o jornalista José Cândido de Moraes e Silva, visto como a ala moderada do movimento e transformado em seu mártir,

¹⁹ Licenciado e Mestre em História, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS-UFMA). *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 15, n. 29, jul. - dez. 2021. ISSN: 1982-193X*



“paladino infatigável das suas liberdades, intrépido até a temeridade e desinteressado até o sacrifício” (LOPES, 1959, p. 83).

A morte prematura do redator do Farol, aos 25 anos de idade, que para muitos dos seus admiradores teria sido resultado das perseguições que sofrera, contribuiu para valorizar a sua imagem e a sua liderança do movimento, não sendo visto como um agitador, mas como um patriota. O jornalista João Francisco Lisboa, à época com 19 anos, também teve sua imagem de exaltado relacionada aos arroubos da juventude, ao clima de agitação política da época, mas que essa fase fora superada com sua maturidade política, quando se tornou um dos principais representantes dos liberais moderados da província (os chamados bem-te-vis). Já a figura de Frederico Magno de Abranches é um pouco mais polêmica, sendo representado com mais frequência como sendo da ala mais exaltada do movimento, estigmatizado por seu discurso antilusitano mais radical, o qual desconsiderava até mesmo o fato de ser filho de português, o que para seus críticos não coadunava com o propósito de manutenção da ordem social naquele contexto político²⁰.

Antonio Lopes da Cunha²¹, em sua obra *História da Imprensa no Maranhão (1821-1925)*, lançada em 1959, apresenta fragmentos de uma carta supostamente escrita por Frederico Magno de Abranches, intitulada “Carta aos Patriotas” (1835)²², em que se refere ao movimento como Setembrada²³. Nesse documento, Frederico Magno se diz injustiçado, juntamente com seus companheiros, por terem lutado pela afirmação da independência do Brasil e terem recebido em recompensa o tratamento de bandidos, perseguidos a ferro e fogo.

Nós somos os réus da Setembrada, os maus brasileiros, os infames rebeldes nortistas, que não mereceram a anistia e devem ser exterminados a ferro e fogo... Nós, que confiávamos no presidente que parecera ter nobremente capitulado diante do bem público, fomos logo depois traídos, processados e perseguidos como bandidos, porque sonhamos abnegadamente com a autonomia das províncias e a expulsão dos estrangeiros dos postos de comando, a fim de tornar de fato e de direito o Brasil dos brasileiros. Exterminados a ferro e fogo! (Apud LOPES, 1959, p. 80, grifos nossos),

A imprensa do período imperial foi usada como uma tribuna para os embates políticos e a formação da opinião pública. A imprensa maranhense, em especial, foi bastante ativa no pós-

²⁰ Sobre José Egídio Launé, também um dos líderes do movimento da Setembrada, pouco se sabe da sua trajetória após os acontecimentos de 1831.

²¹ Formou-se em Ciências Jurídicas, em Recife (1911), foi historiador, geógrafo, magistrado, folclorista, fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Academia Maranhense de Letras.

²² Lopes (1959) não dá detalhes sobre esse documento, onde encontrou tal registro.

²³ Se levarmos em conta a existência e veracidade dessa carta, o movimento de 1831 recebeu esse nome pelos contemporâneos, ou seja, logo em seguida ao levante.

independência, com um número expressivo de jornais que representavam os diferentes grupos opositores, sejam os brasileiros “adotivos” (portugueses naturalizados) ou os brasileiros natos.

Segundo Barbosa de Godóis (2008, p. 322), a província maranhense tinha na imprensa um “órgão dedicado à defesa das suas liberdades e um paladino infatigável delas, intrépido até a temeridade e desinteressado até o sacrifício”. Referia-se ao jornal *O Farol Maranhense* e o seu redator, e com esse olhar contribuiu para reforçar a memória criada sobre José Cândido como o “ídolo do povo”, pois, segundo o autor,

O acérrimo defensor da liberdade que, desde 1827, por ela pugnava, externando conceitos arrojados para esses tempos de arrocho e tirania e que tantos processos e perseguições havia sofrido por se ter consagrado ao sustentáculo das liberdades públicas, tornava-se por essa *sua atitude e heroísmo o ídolo do povo e seu chefe político* (GODÓIS, 2008, p. 322, grifos nossos).

O próprio jornal *O Farol* fez a defesa do movimento dois dias depois do levante, considerando-o um ato patriótico, “em que o Povo Maranhense unido com os briosos Militares salvaram a sua Pátria dos déspotas que oprimiam, e firmaram a sua liberdade. *Foi no Campo do Ourique aonde estavam reunidos o Povo e a Tropa, que apareceu todo o patriotismo dos Maranhenses: foi nesse campo que eles deram as mais decisivas provas de sua energia, amor pela liberdade, e pela Pátria*” (*O Farol Maranhense*, nº 334, 15/09/1831, p. 1397, grifos nossos).

A imprensa que representava os interesses do governo, por meio do jornal *O Publicador Oficial*, interpretou o movimento como um motim, anárquico e faccioso. Logo após os acontecimentos de novembro, o jornal veio a público para informar as medidas do governo, apresentando um discurso menos conciliador e mais ofensivo em relação ao levante.

Esta Capital acaba de salvar-se *dos horrores da Anarquia*, que a ambição, e o fanatismo político procuraram substituir ao Governo legítimo, a um Governo verdadeiramente Constitucional, e eminentemente Brasileiro. Não satisfeitos ainda os ambiciosos (que coisa os satisfará?) com o pontual cumprimento das extraordinárias requisições do dia 13 de Setembro continuaram a tramar para um novo motim. [...]. Sintomas de um rompimento fatal a Província mais e mais se desenvolviam. Não se esquecia meio algum *de seduzir a Tropa, e o povo que não pensa* (*O Publicador Oficial*, nº 10, 23 de novembro de 1831, p. 39. Grifos nossos)²⁴.

Nos jornais da época, observa-se os embates e a construção de memórias, sobretudo ao que deveria ser considerado um patriota ou ter ações de patriotismo. Em uma Falla dirigida ao Conselho Geral, publicada no jornal *O Publicador Oficial*, o Presidente da Província do Maranhão, Araújo Viana, chama os participantes da Setembrada de “alucinados Patriotas”, e

²⁴ A grafia dos artigos dos jornais foi atualizada.

ressalta o verdadeiro “Patriotismo” daqueles que lutaram contra o levante da “tropa e povo armados”.

Não contentes ainda com os excessos daquele dia, e suas conseqüências, que o Governo não podia de maneira alguma aprovar, por serem diametralmente opostos aos princípios de justiça, que professa, esses *alucinados Patriotas*, quiçá com o fito de apressar as reformas da Lei Fundamental, que devem emanar da Assembleia Geral Legislativa, pretenderam remover obstáculos demitindo o Presidente, e Comandantes das Armas, e não duvidaram interessar nos seus planos às classes inferiores da Sociedade, que puseram em risco a propriedade, honra, e vida dos Habitantes desta capital na noite de 19, e no dia 20 do próximo findo mês de Novembro, em que o Governo enérgico, mas prudente por conhecer os seus recursos, e ter horror à fusão de sangue, confiado na firmeza da Tropa ajudado da Força Naval existente neste porto, *e do Patriotismo da maioria dos Cidadãos pacíficos salvou a Província dos males, que lhe estavam iminentes* (O Publicador Official, nº 13, 3/12/1831, grifos nossos).

No periódico *O Publicador Official* os que participaram da Setembrada foram vistos como anarquistas, sendo considerados cidadãos patriotas aqueles que lutaram contra esse levante. Isso é expresso mais uma vez na publicação da correspondência entre o presidente da província Araújo Viana e o Juiz de Paz Suplente do Iguará, Feliciano Joze Lisboa²⁵, em que pede providências para manter a tranquilidade pública no seu Distrito, uma vez que os “principais motores da desordem ou se esconderam, ou se evadiram” da capital após o fracasso da nova tentativa de levante no dia 19 de novembro.

Tenho presente o Ofício de V. S. de 27 de Outubro próximo passado, que acompanhou a relação das Guardas Municipais, e dos seus Delegados, de que fico inteirado, restando-me somente recomendar-lhe toda a atividade para sustentar no seu Distrito o Sistema Constitucional que nos rege, *fazendo que se desprezem as sugestões dos anarquistas, que se não fora a firmeza das Tropas Brasileiras, e o patriotismo dos Cidadãos pacíficos teriam feito nadar em sangue esta Cidade* (O Publicador Official, nº 17, 17/12/1831, grifos nossos).

Em mais um pronunciamento, Araújo Viana utiliza o jornal oficial do governo para exaltar o patriotismo das tropas que se mantiveram leais ao governo, e se refere aos que combateram no levante de 19 de novembro como facciosos.

Aos Habitantes do Maranhão. MARANHENSES! *A firmeza, e patriotismo das Tropas*, e a energia do Governo combinada em suas medidas com a necessária prudência, triunfaram sem combate dos facciosos, que procuravam submergir-vos nos horrores da anarquia, derramando sobre esta Capital a consternação, e o susto. HABITANTES DO MARANHÃO! Estais salvos, a ordem acha-se restabelecida; mas não adormeçais no seio da Vitória. Estai prontos para rebater a hidra. Vigilância, e coragem! [...] (O Publicador Official, nº 10, 23/12/1831, grifos nossos).

No ano de 1832, o debate e a polêmica na imprensa continuaram em relação a interpretação da Setembrada. O jornal *O Farol Maranhense*, sob o comando de João Lisboa como redator, ao

²⁵ O documento é datado de 23 de novembro de 1831.

publicar a edição que trazia a notícia da morte de José Candido, destaca a “coragem e valor patriótico” do líder da Setembrada.

Temos de dar uma lastimosa notícia aos bons maranhenses; no dia 18 do corrente pelas 11 e ½ horas da manhã expirou o nosso Patrício, Benemérito Redator do Farol Maranhense, Jose Candido de Moraes e Silva, tendo apenas vinte cinco anos de idade: sendo de um temperamento nervoso sanguíneo, foi vítima de uma enfermidade já antiga, mas agravada pela vida sedentária que levava, desde que os acontecimentos de Novembro do ano passado o obrigaram a ocultar-se; e também pela assiduidade com que se entregou ao estudo da literatura e Política, sem que se distraísse por maneira alguma [...] Finalizando este artigo não queremos deixar de transcrever um § do Publicador Amazonense, por onde se prova que Benemérito Redator do Farol Maranhense não só era querido dos seus comprovincianos, como também de todos os bons e livres Brasileiros [...] *os nossos parabéns, em nome de todos os Patriotas Liberais desta Província, que tanta obrigação lhe devem pela coragem e valor patriótico, com que deliberou a fúria dos sediciosos no seu maior auge* [...] (O Farol Maranhense, n° 352, 22/11/1832, grifos nossos).

Ainda no ano de 1832, outro periódico veio engrossar o debate em torno da memória dos eventos de setembro e novembro de 1831, bem como das ações de Antônio João Damasceno. Em um desses artigos se refere a “revolução de 13 de Setembro, que desempregou a Portuguesada”, deixando explícito o propósito de afastar os portugueses dos empregos públicos. Mas este levante, segundo o redator, não teria passado de um triunfo momentâneo dos liberais. Também acusava o governo de perseguição, pois “deu agora na mira de aos partidos políticos que lhes são contrários chamar bando de ladrões e assassinos” (O Brasileiro, n. 2, 30/08/1832, p.6).

O jornal *O Brasileiro* dizia que as intrigas contra os liberais das províncias do norte (Pará e Maranhão) se disseminavam também no Rio de Janeiro, a ponto do redator da *Aurora* pintar “a revolução de 13 de Setembro com as mais negras cores, posto que aos olhos da lei ela seja muito menos criminosa que a de 7 de Agosto [...]”²⁶. Na Setembrada, segundo o periódico maranhense, “se achavam envolvidos muitos *patriotas* e servidores da liberdade” (O Brasileiro, n. 7, 4/10/1832, *grifos nossos*).

Considerações Finais

A Setembrada ocorrida em São Luís, capital da província do Maranhão, não foi um mero motim urbano sem maiores consequências, mas um levante iniciado na capital e que repercutiu no interior da província, envolvendo grupos armados que resistiram sob o comando de uma liderança popular. O presente estudo pretendeu analisar as representações da Setembrada,

²⁶ Refere-se a Agostada, levante de portugueses no Pará, o qual foi estopim para a eclosão da Setembrada. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 15, n. 29, jul. - dez. 2021. ISSN: 1982-193X*

especialmente na imprensa maranhense do período, apontando para as disputas de memória em torno do movimento e de seus líderes. Foram analisados alguns artigos publicados nos jornais *O Farol Maranhense* (1831-1832), ligado ao líder do movimento; *O Publicador Oficial* (1831), órgão de imprensa ligado à administração provincial, em que era publicado as proclamações do governo; e o jornal *O Brasileiro* (1832), redigido por João Francisco Lisboa, também participante da Setembrada, o qual começou a circular após a morte de João Damasceno, líder do movimento no sertão.

Entre os diversos embates, destaca-se a disputa em torno da memória do movimento como patriótico ou anárquico, e seus participantes e líderes como cidadãos patriotas ou sediciosos. Diante da mudança de postura do presidente da província e das perseguições aos envolvidos no levante, o governo pretendia não só sufocar o movimento, mas condená-lo, manchando a sua memória, fazendo dos participantes os “réus da Setembrada, os maus brasileiros, os infames rebeldes nortistas”, como expressou Frederico Magno de Abranches. Para o redator do jornal *O Brasileiro*, era necessário refutar as calúnias e aleives contra os participantes da “Revolução de 13 de Setembro”, pois esta era resultado do “dia glorioso de 7 de Abril”, para remover os obstáculos que se opunham a “felicidade da nossa Pátria”, pois em “verdade nenhum *bom patriota* houve que não desejasse aproveitar essa tão feliz e inesperada circunstância para deitar por terra todas as criaturas do absolutismo, dar melhor tom a nossa Constituição defeituosa, e assegurar para todo o sempre a nossa Regeneração e Independência” (*O Brasileiro*, n. 8, 19/10/1832, p. 31 grifo nosso). Nessas palavras do redator ficam expressos os ideais da Setembrada e sua ligação direta com a conjuntura política do pós-Independência.

Referências

ABRANCHES, Dunshee de. **A Setembrada**: a revolução liberal de 1831 em Maranhão. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da S.A. Jornal do Brasil. 1970.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. José Cândido de Moraes e Silva – O “Farol” atuação política nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831). **Anais** do Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais, 2007, São Luís, UEMA, p. 1-16.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila, e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil imperial**, v. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BASILE, Marcello. “Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas”. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). **Perspectivas de cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 87-122.

BORRALHO, José Henrique de Paula. Um Pantheon Equinocial: a construção biográfica de maranhenses e a formação do império brasileiro. **Anais** do Simpósio Nacional de História, ANPUH, Fortaleza, 2009. Disponível em: <>. Acesso em: 20. 09. 2020.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de Nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. São Luís: Café & Lápis, 2011.

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. **História do Maranhão**: Para uso dos alunos da escola normal. 2 Ed. São Luís: EDUEMA, 2008.

LEAL, Antonio Henriques. **Pantheon maranhense Tomo I**. Brasília: Alhambra, 1987a.

LEAL, Antonio Henriques. **Pantheon Maranhense Tomo II**. (1874). 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Maranhense de Letras; Alhambra, 1987b.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão a Monarquia**. 2 Ed. São Luís: Editora Instituto GEA, 2008.

LOPES, Antônio. **História da imprensa no Maranhão**: 1821-1825. Rio de Janeiro, 1959.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O Império em construção**: Primeiro Reinaldo e Regências. 2 Ed. São Paulo: Editora Atual, 2012.

MADUREIRA, Vicente Antônio Rodrigues. **José Cândido de Moraes e Silva**: início e fim de uma saga antilusitana. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2008.

MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **A Setembrada: lutas políticas e participação popular no Maranhão Oitocentista (1831-1832)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

MEIRELES, Mário (1960). **História do Maranhão**. São Luís: Siciliano, 2001.

REIS, Arthur César Ferreira. O Grão-Pará e Maranhão. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Tomo II, v. 2. **O Brasil Monárquico: dispersão e unidade**, 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Recebido em 25- 11- 2020

Aprovado em 06- 12 - 2021

Publicado em 31-12- 2021